



O PAPEL DO BRASIL NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA

Resumo Executivo

Série de Webinários realizados em
Outubro de 2022.

An initiative of:

COLUMBIA
GLOBAL
CENTERS

RIO DE JANEIRO



FUTURE CARBON
GROUP

Supporter:

samambaia
FILANTROPIAS

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	MÓDULO I: O PROBLEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS – GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL E NACIONAL	4
3.	MÓDULO II: METAS NET ZERO E O PAPEL DE ATORES NÃO ESTATAIS	9
4.	MÓDULO III - OS MERCADOS DE CARBONO GLOBALMENTE E NO BRASIL	14

INTRODUÇÃO

A Série de Webinars O Papel do Brasil na Governança Climática é direcionada a profissionais e lideranças, do setor público ou privado, membros da academia e outros atores com algum conhecimento prévio sobre governança climática interessados em se aprofundar no contexto brasileiro.

Essas sessões, compostas por três webinars, fornecerão um entendimento de alto nível sobre o papel crítico do clima para o Brasil. O país que, por um lado, tem alto potencial de contribuir nos esforços globais de descarbonização; por outro, se as políticas erradas forem implementadas, o Brasil pode comprometer a meta do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C.

A série de webinars em três episódios, foi criada para explorar a sinergia entre a experiência acadêmica da Columbia Climate School e a experiência técnica e o foco no Brasil do Future Carbon Group, resultando em uma perspectiva única para a audiência.

Na abertura Thomas Trebat, Diretor do Columbia Global Centers no Rio de Janeiro, destacou que não é somente o tema dos ciclos de Webinários que é importante, mas é também o formato, que visa gerar informação e debates em volta dele.

Em cada sessão, temos um lado da moeda que olha para o contexto global da governança do clima pelos olhos da academia, trazidos pelos experts de Columbia, e no outro lado aterrizamos focando no Brasil, sob o prisma de profissionais que atuam no setor, com os experts da Future Carbon. Por fim, para complementar a visão acadêmica e do setor privado, uma referência do terceiro setor traz um novo prisma para um painel de debates.

MÓDULO I: O PROBLEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS – GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL E NACIONAL

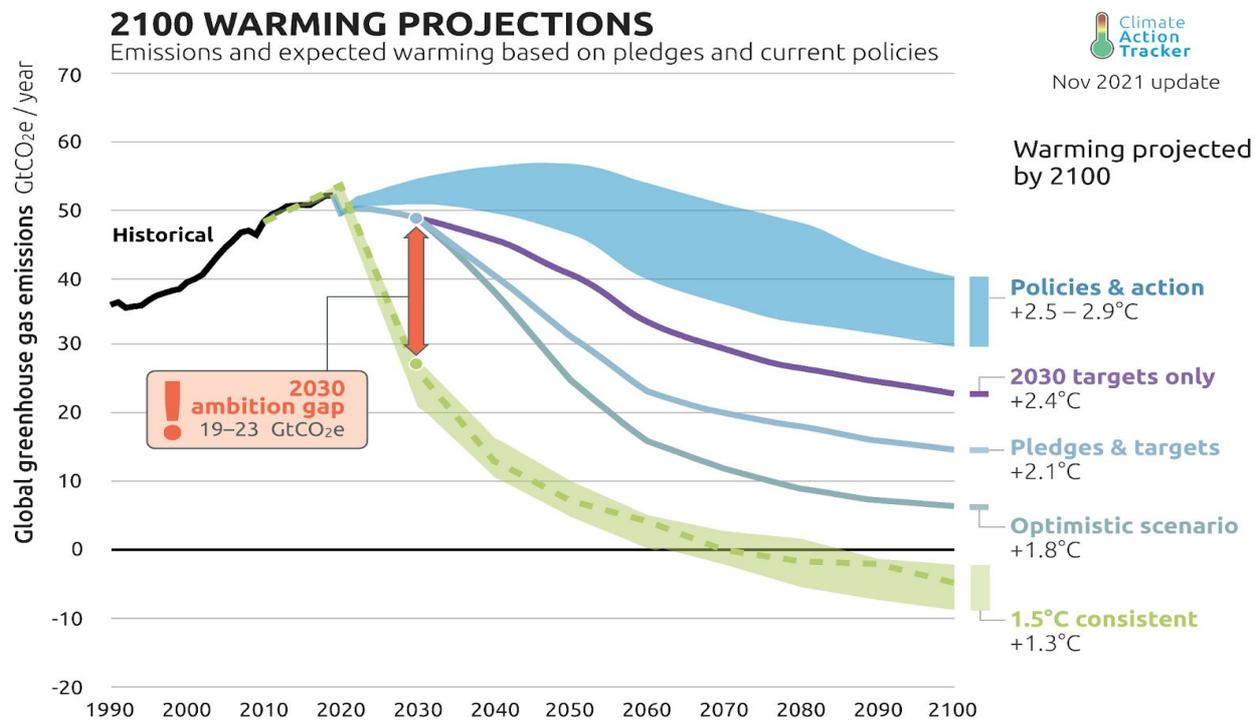
Assista no Youtube

O primeiro dia do ciclo de Webinários “Brazil and Climate Governance” foi inaugurado por Thomas Trebat, Diretor do Columbia Global Centers no Rio de Janeiro, e mediado por Marina Cançado, Co-CEO do Future Carbon Group. Marina destacou a importância de estreitar os laços entre a academia e o setor privado e ressaltou a grande vocação do Brasil como um hub de soluções verdes para o mundo.

O tema inicial da discussão girou em torno dos compromissos assumidos pelos países no Acordo de Paris de 2015 e qual o status da implementação desses compromissos. A apresentação ficou a cargo da Professora Mélody Braun, Senior Staff Associate no International Research Institute for Climate and Society e Senior Director for Strategic Engagement of the new Columbia Climate School’s Climate Response Academy, que foi convidada a responder a questão “Governança Climática Global: Onde estamos em relação aos compromissos assumidos no Acordo de Paris 2015?”.

Após observar que o Acordo de Paris foi o primeiro compromisso climático realmente universal, Mélody pontuou as principais características do Acordo: o reconhecimento da importância da adoção de estratégias de adaptação além da mitigação; a ambição de limitar o aquecimento global a 1,5°C em relação aos níveis de temperatura pré-industriais; a transparência no reporte das metas de redução e o compromisso de contínuo financiamento das políticas e iniciativas climáticas por parte dos países desenvolvidos.

Em seguida, Mélody evidenciou o grande gap existente hoje nos compromissos de mitigação: mesmo com a implementação das atuais Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), as emissões em 2030 ainda representarão o dobro do limite de emissões do teto de 1,5° C, levando a um aquecimento de 2,4 a 2,7°C. A conclusão foi direta: nós precisamos de metas mais ambiciosas e de ser capaz de converter essas metas em ações concretas de implementação.



No que diz respeito à adaptação, Mélody considerou que houve um considerável avanço do Acordo de Paris ao convocar os países para se prepararem para implementar os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs). Desde então, progressos consideráveis são verificados em todo o mundo, na medida em que os países incorporam o tema da adaptação em suas políticas públicas. Contudo, a Professora Mélody observou que há uma urgente necessidade de ampliação e aceleração do financiamento das atividades de adaptação. A maioria do financiamento público para países em desenvolvimento foi destinada a projetos que visam reduzir as emissões de gases do efeito estufa, ao invés de ajudar as pessoas a se adaptar às mudanças climáticas.

De fato, há uma necessidade geral de ampliar investimentos e as fontes de financiamento para acelerar a transição sustentável. Mélody destacou estimativas de que são necessários cerca de 90 trilhões de dólares em investimentos em infraestrutura até 2030 para alcançar as metas net zero.

No tema “florestas”, a Professora reconheceu que houve um progresso significativo na capacitação técnica para desenvolvimento de projetos REDD+ (Reducing Emissions from Deforestation and Degradation), o que contribuiu para o mercado de créditos de carbono – à propósito, outro importante desenvolvimento do Acordo de Paris.

Com efeito, o Acordo estabeleceu um mercado internacional de resultados de mitigação (ITMOs), permitindo que países atinjam suas metas de redução de emissões ao adquirir e aposentar créditos que representam excedentes de países que reduziram mais do que exigido por suas contribuições nacionalmente determinadas. Para tanto, o Acordo prevê o mecanismo de “ajustes correspondentes”, que são regras de contabilidade que asseguram que apenas um país contabilizará reduções em uma transação envolvendo tais créditos, evitando-se assim o problema da “dupla contagem”.

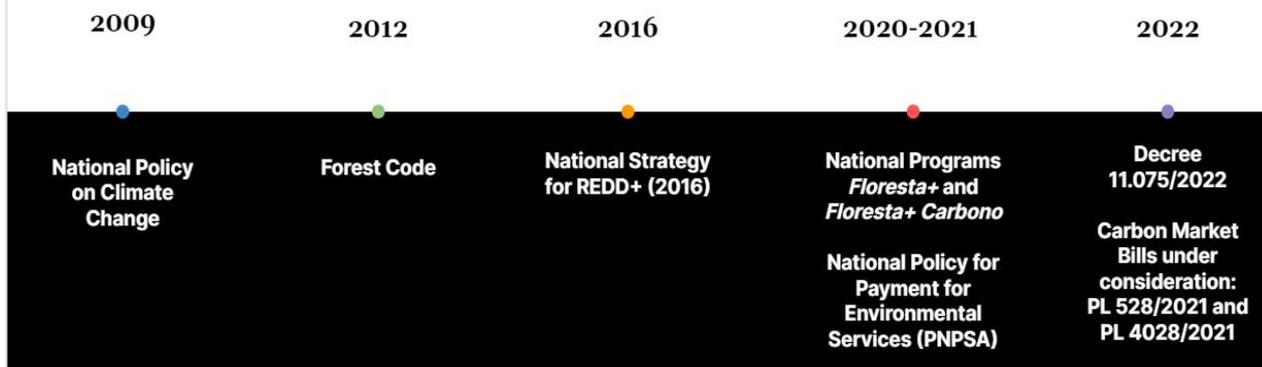
Já de olho na COP 27 – que já vem sendo chamada de “COP da Implementação” – Méloidy apontou os cinco pilares necessários para garantir o sucesso da Conferência: 1. Aumentar os recursos disponíveis para implementar medidas de adaptação; 2. Fortalecimento da ambição e das iniciativas públicas climáticas; 3. Escalar o financiamento de alta-qualidade; 4. Endereçar o tema das perdas e danos e 5. Implementar regras de prestação de contas e responsabilização dos países perante os compromissos assumidos no Acordo de Paris.

Na segunda parte dos debates, a Vice-Presidente Corporativa do Future Carbon Group, Cinthia Caetano, direcionou o foco para a posição histórica brasileira nas negociações climáticas tendo por questão guia “Brasil, soluções baseadas na natureza e artigo 6º do Acordo de Paris: Por que o Brasil se afastou de sua posição histórica nas negociações climáticas?”.

Ela abriu a apresentação destacando a situação peculiar do Brasil: enquanto a maioria das grandes economias tem como principal fonte de emissões a queima de combustíveis fósseis, no Brasil o principal fator que contribui para o aumento das emissões é o desmatamento ilegal.

Cinthia apresentou os principais marcos legais da governança climática e de florestas brasileira, desde a Política Nacional de Mudança do Clima (2009) até o Decreto que regula o Mercado de Carbono no Brasil (2022), passando pelo Código Florestal (2012); a Estratégia Nacional para REDD+ (2016); o programa “Floresta+Carbono” e a Política Nacional de Pagamentos por serviços ambientais (2020-2021).

Brazilian Public Policies



Cynthia também teceu comentários sobre o Artigo 5 do Acordo de Paris, destacando o potencial do Brasil nas chamadas Soluções Baseadas na Natureza. Ela explicou a orientação adotada na nossa Estratégia Nacional de REDD+ de privilegiar esse tipo de solução direcionada a resultados, e que assim é contabilizada na nossa NDC, e não na meta dos países que remuneram tais resultados.

Sobre o artigo 6, Cynthia observou que, embora o chamado “Livro de Regras” do Acordo de Paris não tenha sido o suficiente para operacionalizar totalmente o mercado de carbono, a COP 26 construiu suas bases ao definir os Resultados de Mitigação Internacionalmente Transferidos (ITMOs) e o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (SDM).

Nesse contexto, explicou Cynthia que a posição do Estado brasileiro tem sido, historicamente, de favorecer a geração e exportação de créditos de carbono e contabilizar a mitigação via conservação florestal (REDD+) na sua NDC. Na prática isso significou a posição política brasileira a favor de a) maior financiamento climático para países em desenvolvimento; b) a favor da inclusão dos créditos da era do Protocolo de Quioto nos mecanismos do Artigo 6; c) a favor de pagamentos baseados em resultados de ações de conservação florestal e d) contrária ao mecanismo de ajustes correspondentes. No entanto, na COP 26, o atual governo brasileiro fez concessões em relação à questão dos ajustes correspondentes, o que avançou a agenda do encontro.

Sobre o estado atual de cumprimento da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), Cynthia mostrou que nossa meta carece de ambição compatível com o compromisso de limitação do aquecimento global a 1,5°C e, em última análise, a atualização menos ambição em números absolutos do que a NDC originalmente apresentada e o aumento de emissões de Gases do Efeito Estufa.

Por fim, Cinthia apresentou um cenário político de “dois Brasis” se confirmadas as previsões de uma transição após o segundo turno da eleição presidencial, de forma que não se pode falar com assertividade da posição do país na COP 27 que se aproxima.

Na terceira parte do evento, a convidada Caroline Prolo, Fundadora e Diretora Executiva da LACLIMA - Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action, foi convidada a abrir o Painel com o tema “Quais as Expectativas para a COP 27” e observou que o momento de definição de regras e detalhamento do Acordo de Paris de 2015 ficou para trás, em maior parte, na COP 26. A COP 27 deve se concentrar, portanto, no tema da implementação e com foco nos países mais vulneráveis. Caroline destacou três pontos de maior atenção: 1. Financiamento climático – quem vai pagar a conta da descarbonização e da adaptação?; 2 – Financiamento de perdas e danos – quem vai arcar com a reparação dos danos sofridos por países mais vulneráveis; 3 – Adaptação – definição de políticas articuladas para implementar uma estratégia coerente de adaptação, mensurada e monitorada, evitando assim a ocorrência de maiores danos.

Na sequência um painel com as três especialistas respondeu perguntas trazidas pela audiência sobre o mercado de carbono e sua conexão com compromissos net-zero e a governança climática global.

MÓDULO II: METAS NET ZERO E O PAPEL DE ATORES NÃO ESTATAIS

Assista no Youtube

O segundo dia do ciclo de Webinários “Brazil and Climate Governance” teve a mediação de Cinthia Caetano, VP Corporate da Future Carbon e com as participações de Nora Mardirossian, Columbia Center on Sustainable Investment na Columbia University, Juliana Lopes, Head de Solutions da Future Carbon e Lina Pimentel Garcia, Sócia na área de clima e ambiente do Mattos Filho Advogados e Representante do Chapter Zero do IBGC.

A discussão começou com a apresentação de Nora sobre o tema “Explorando o cenário das alianças net-zero do setor financeiro e promessas net-zero corporativas globalmente”. Nora fez uma breve introdução referente ao aumento da temperatura global e também afirmou que ainda não estamos no caminho certo para cumprirmos a meta do Acordo de Paris, mas não é algo impossível se grandes mudanças institucionais, tecnológicas e comportamentais acontecerem, inclusive por parte das empresas e de todos os setores.

Em seguida Nora abordou sobre os tipos de riscos que as empresas sofrerão com o aumento da temperatura global, com destaque para:

- riscos físicos, que são eventos climáticos extremos como secas, ondas de calor e inundações, interrupção nos processos de produção e cadeias de suprimentos; e
- riscos de transição, que são aqueles que aumentam à medida que os custos de tecnologia das políticas de mudanças climáticas e a preferência do consumidor aceleram a implantação de tecnologias de baixas emissões e restringem ou punem atividades que emitam grandes quantidades de carbono.

Com uma complementação, Nora expôs que não há apenas riscos para as empresas quando se trata de mudanças climáticas, mas também há muitas oportunidades.

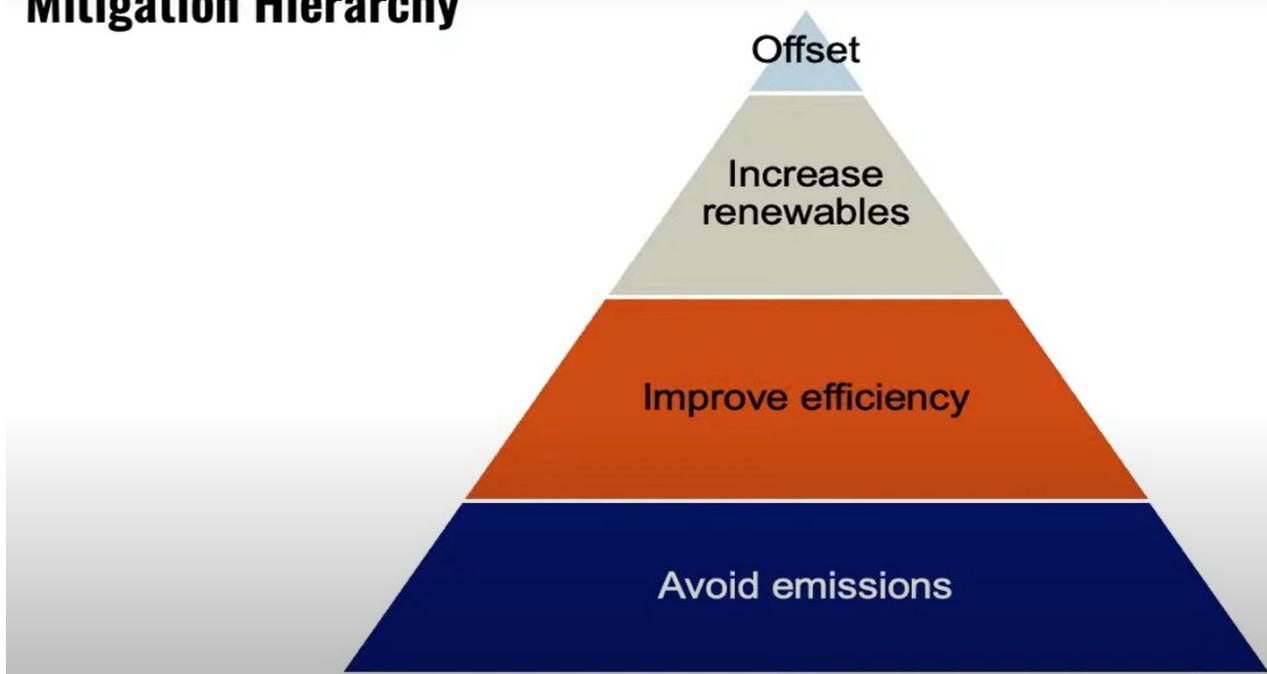
Em seguida, Nora falou sobre o papel das instituições financeiras como atores não estatais desempenhando uma função importante na condução da descarbonização, pois essas instituições podem usar várias formas de alavancagem, podendo direcionar capital para essa agenda, promover a gestão de riscos relacionados ao clima nas empresas em seu portfólio de investimentos e garantir que se alinhem com a meta do Acordo de Paris.

Referente aos desafios de Contabilidade de Carbono, Nora trouxe o resultado de uma pesquisa sobre as empresas e seus relatos de emissões que reflete que (i) empresas não relatam nenhuma emissão da cadeia de valor da maior parte de seus fornecedores ou clientes, embora essas emissões representem em média 90% das emissões totais. (ii) 76% das empresas não conseguem medir sua pegada de carbono total e (iii) 87% dizem que querem relatar melhor as emissões, porém precisam de melhores ferramentas para fazer isso.

Nora apontou mais alguns desenvolvimentos recentes e futuros, e disse que há diretrizes a nível da UE sobre relatórios não financeiros e especificamente sobre informações relacionadas ao clima, que olha tanto para os impactos que os negócios têm no clima quanto os impactos que o clima tem nos negócios. Isso será construído em TCFD e incorpora uma visão de olhar para os impactos das mudanças climáticas nos negócios das empresas, e finalmente temos as comissões de valores mobiliários dos EUA e a próxima regra de divulgação climática, sendo um grande desenvolvimento nos EUA que é esperado nos próximos meses. Esse foi o resultado de muita demanda de investidores e das próprias empresas para ter diretrizes mais claras na hora de divulgar suas informações.

Em seguida, Nora trouxe uma pirâmide para ilustrar a Hierarquia de Mitigação, onde na base as empresas devem se concentrar em evitar emissões, melhorar eficiência, aumentar a presença de energia renovável em seus sistemas e finalmente, explorar as compensações.

Mitigation Hierarchy



Para concluir, Nora apresentou uma última reflexão que trouxe à tona as deficiências dos compromissos Net Zero entre as empresas e expôs um grupo de 41 cientistas, o qual forneceu algumas informações sobre o que fazer com relação ao Net Zero, destacando que é necessário realmente focar nas reduções reais imediatas de emissões.

Na segunda parte do debate, trazendo o foco para o Brasil, Juliana Lopes falou sobre “a corrida Net Zero no país e o papel das empresas e da sociedade civil”, e iniciou sua fala com a visão de que em nosso país nós temos mais oportunidades do que riscos nessa transição para uma economia descarbonizada. Como guia para a apresentação ela trouxe as seguintes perguntas:

- Quais são os principais fatores que provocam a mudança do comportamento corporativo?
- Os mercados de carbono podem enviar um sinal de preço para catalisar a descarbonização?

Juliana propôs 3 drivers para endereçar o primeiro ponto: (i) Convicção, que faz a empresa entender o senso de urgência e se mover por valores e princípios muito pautados por deveres morais; (ii) a Conveniência, que seriam os incentivos econômicos e reputacionais; e (iii) o Constrangimento, que são as pressões de ordem regulatória, a opinião pública, os investidores, a sociedade civil e os ativistas, sendo também uma combinação desses fatores um impulsionador para a mudança de comportamento corporativo.

Em seguida, focando na população brasileira, Juliana trouxe uma pesquisa sobre as percepções da população com relação às mudanças climáticas e constatou que 65% da população brasileira reconhece a mudança do clima como um tema urgente e 75% dos entrevistados na pesquisa acreditam que o aquecimento global pode impactar diretamente suas vidas. Os dados indicam que a maioria dos entrevistados entendem que a responsabilidade em trazer a solução das mudanças climáticas está mais relacionada às empresas e ao setor público do que à sociedade, reforçando os drivers identificados.

Abordando a segunda questão guia, Juliana apontou que o preço das emissões não está embutido nos bens e serviços. Uma das formas mais efetivas de conseguirmos fazer a transição para uma economia descarbonizada é a adoção de mecanismos de precificação de carbono em escala global. A forma como o mercado de carbono funciona faz com que os modelos que mantêm a floresta em pé sejam valorizados e conseqüentemente promove a migração da alocação de capital de uma economia cinza, para uma economia verde. Especificamente no Brasil, que tem a maioria das emissões decorrentes do desmatamento, é importante que as empresas tenham em sua jornada de descarbonização alguma ação de solução baseada na natureza. Uma das formas de fazer isso é pelo mercado de carbono.

Fazendo um recorte Brasileiro do SBTi, Juliana destacou que é necessário ampliar e dar acesso às pequenas e médias empresas e as cadeias de valor para desenvolver suas metas baseadas na ciência e por fim, finalizando a sua fala, para as empresas que já participam do SBTi, Juliana trouxe uma pesquisa da PwC com CEOs, apresentando que o principal fator de influência para as empresas brasileiras que se comprometeram com a neutralidade climática foi de fato atenuar os riscos das mudanças climáticas, demonstrando que já existe uma consciência por parte das empresas.

Fatores que mais influenciam compromissos net zero



- No Brasil, o principal **fator de influência** por trás dos compromissos Net Zero é **atenuar os riscos das mudanças climáticas**. Ele aparece à frente da necessidade de estimular inovações, de satisfazer às exigências dos investidores e atender às expectativas dos consumidores.

Fonte: 25ª edição da Pesquisa Anual Global com CEOs da PwC

Abrindo o painel de debates, Lina Pimentel - sócia da área de meio ambiente do Mattos Filho Advogados e membro do capítulo Chapter Zero no Brasil - trouxe uma visão complementar sobre as estratégias de mitigação e adaptação na prática, do ponto de vista de quem está apoiando as lideranças corporativas a chegar nesse lugar de uma forma segura, apontando que as habilidades e conhecimentos necessários são multilaterais, sendo impossível atuar com o mesmo mindset de 20 anos atrás nessa área climática ou ambiental.

Finalizando o segundo evento da série, o painel com as três especialistas respondeu a questões da moderação e da audiência sobre como é preciso ter uma educação e formação plural de tomadores de decisão para orientar as mudanças de comportamento corporativo e ajustes de governança nesse tema climático.

MÓDULO III - OS MERCADOS DE CARBONO GLOBALMENTE E NO BRASIL

Assista no Youtube

No último evento da série de Webinários “Brazil Climate Governance”, mais uma vez conduzido por Cinthia Caetano, VP Corporate da Future Carbon, tivemos como painelistas Paul Denoon, Conselheiro Sênior da Columbia Climate School, Thiago Othero, VP de Operações da Future Carbon Group e Ana Moeri, Diretora Presidente do Instituto Ekos Brasil.

Paul Denoon trouxe colocações que nos ajudam a definir os mercados globais de carbono, os fundamentos atuais do mercado voluntário, o que está acontecendo com a demanda e oferta de preço e também alguns problemas e controvérsias.

Paul abordou que a maneira mais fácil de entender os mercados de carbono globais é primeiro entender o que é negociado. No cap and trade europeu se negocia uma permissão para poluir e, em paralelo, se negociam créditos de carbono, que são instrumentos financeiros que devem representar uma redução de emissões ou remoção de emissões a partir de uma atividade específica.

Para esclarecer o que é o Mercado Voluntário de Carbono, Paul expôs que é o “lugar” onde indivíduos, corporações, desenvolvedores de projetos, instituições financeiras e especuladores podem voluntariamente comprar, negociar e retirar créditos de carbono.

What is the Voluntary Carbon Market

The 'place' where individuals, corporations, project developers, financial intermediaries and speculators can voluntarily buy, trade and retire carbon credits

Em seguida, Paul relatou que florestas e energias renováveis são os maiores setores, mas hoje a maioria das pessoas não vê que a energia renovável precise de apoio financeiro. Então não possuem muitos novos projetos de energia renovável chegando, mas as florestas continuam a ser uma parte significativa da oferta.

Falando sobre oportunidades e desafios que se apresentam no contexto do Mercado de Carbono, Paul trouxe alguns tópicos, como a incerteza sobre os artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris; a incerteza sobre o Conselho de Integridade para os mercados voluntários; Race to Zero e SBTi causando impactos na demanda; moratórias na Papua Nova Guiné e Indonésia; e a situação econômica global.

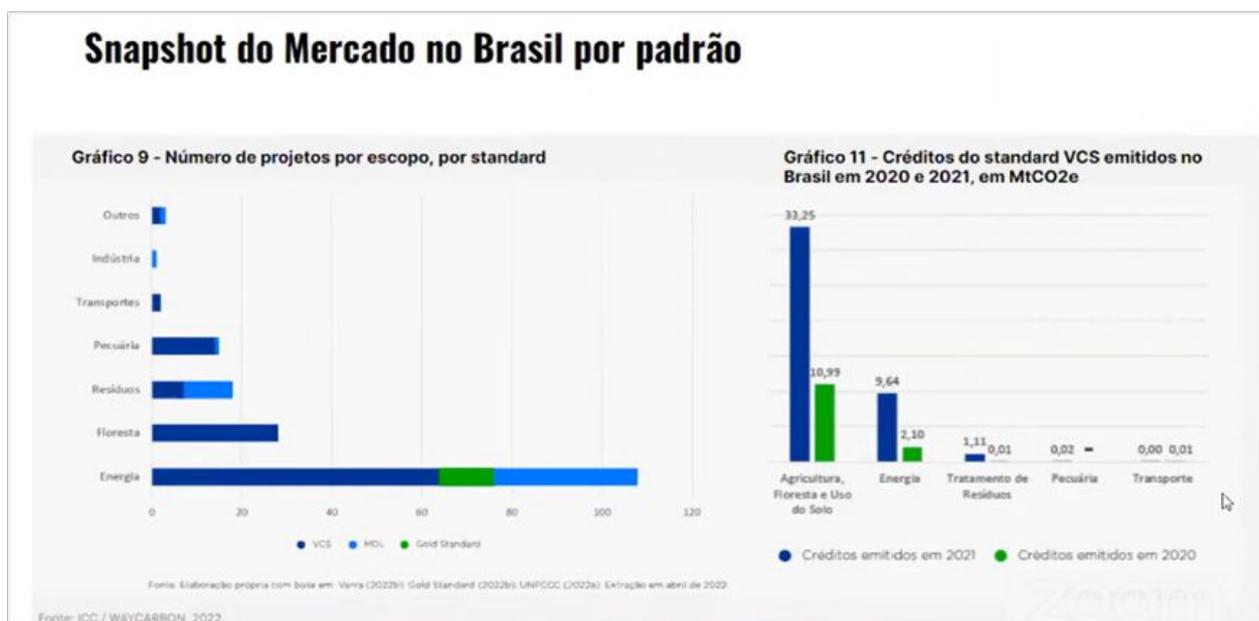
Em seguida, Paul apresentou que está se tornando muito mais difícil para as empresas determinarem ou usarem créditos de carbono dentro das estratégias Net Zero. A recomendação da Science Based Targets initiative - SBTi (meta baseada na ciência) é criar compromissos de redução dentro da cadeia da empresa para chegar ao Net Zero até 2050. Quando nem todas as empresas conseguem eliminar completamente as emissões de carbono, pois as empresas acreditam que cerca de 10% das emissões são inevitáveis e nesse ponto elas devem utilizar remoções permanentes para neutralizar suas emissões restantes. Paul expôs que a mensagem nesse ponto é que não é possível fazer apenas o offset para claim do Net Zero Standard, então o especialista entende que é necessário pensar no impacto da demanda atual para repensar as estratégias Net Zero.

Para finalizar a primeira parte do debate, Paul se aprofundou um pouco mais na comparação de evitar versus reduzir e esclareceu que, evitar significa projetar emissões para além e as emissões futuras acabam ficando abaixo da linha de base e você diminuindo esse potencial de emissão ganha um crédito de carbono, enquanto as reduções estão sempre abaixo da linha de base e você consegue os créditos de carbono. Paul destacou esses conceitos com a intenção de nos fazer pensar de forma mais holística em evitar e reduzir.

Indo para a segunda parte do debate, Thiago Othero trouxe uma visão sobre onde temos oportunidades para escalar o mercado brasileiro do ponto de vista prático, apresentando as lacunas e os desafios na oferta e na demanda.

Thiago iniciou sua fala explicando brevemente algumas diferenças entre mercado regulado e mercado voluntário de carbono e apresentou um panorama de emissões no Brasil que expôs os setores e as regiões que mais emitem GEE, sendo os setores de florestas, agropecuária e energia. Com a apresentação desses setores que mais emitem também foi possível visualizar onde há mais oportunidades de reduções de emissões e desenvolvimentos de projetos.

Em seguida, Thiago trouxe um snapshot do mercado no Brasil por padrão apresentando que a maioria dos projetos brasileiros ainda estão concentrados no setor de energia com diferentes padrões, porém bastante focados no VCS, e logo depois do setor de energia existe um número crescente de projetos no setor de florestas. Falando de volumes transacionados, o setor de florestas, agricultura e uso do solo acaba ficando na frente, já que esses tipos de projetos geralmente são de grande escala e geram quantidades muito grandes de redução de emissão por ano.



Referente ao mercado potencial do Brasil, Thiago apresentou os quatro principais segmentos que mais possuem oportunidades, sendo primeiro o segmento de floresta, depois o agropecuário, o setor de energia e o setor de biogás e biometano, o qual está ligado tanto ao setor agropecuário quanto ao setor de energia.

Em seguida, para cada um dos principais segmentos que foram apresentados, Thiago expôs os principais tipos de projetos, as barreiras e as alternativas para reduzir ou eliminar as barreiras citadas. Destacando os principais obstáculos nós temos as incertezas e as alterações de standards; burocracia e prazos de ciclo de certificação; falta de entendimento e confiança no mercado; e baixa disponibilidade de auditores. Destacando as principais alternativas nós temos novas tecnologias e digitalização de processos; estratégias de monetização e novos incentivos financeiros; e aumento de escala e liquidez de mercado.

Referente a desafios técnicos e algumas perspectivas para o mercado, Thiago observou que o mercado de carbono, de fato, pode ser um grande impulsionador para essa transição necessária nesses setores críticos da economia e que, neste momento, a relação entre oferta e demanda está favorável. É necessário desenvolvermos estratégias e alternativas para reduzir ou eliminar essas lacunas técnicas e os outros fatores limitantes, acreditando que com conhecimento de mercado e uma visão ampliada será possível ganhar escala nos próximos anos.

Em seguida, Thiago trouxe um passo-a-passo mostrando como é feita a avaliação de viabilidade de um projeto, se aprofundando nas etapas de definição de standards; os requisitos dos standards; o que as metodologias de carbono definem para os projetos; a adicionalidade; e a viabilidade econômica.

Para concluir sua fala, Thiago destacou que todas as barreiras apresentadas por ele estão na etapa zero de um ciclo de elaboração de projeto, porém a Future Carbon possui o papel de apoiar os que estão interessados no projeto e buscar alternativas para viabilizar o mesmo.

Abrindo o Painel de Debates, Ana Moeri, Diretora Presidente do Instituto Ekos Brasil, trouxe uma visão do terceiro setor a respeito de qual foi a evolução desse caminho que a demanda vem tendo, quais foram os principais aprendizados e as dores do comprador.

Ana iniciou sua fala apontando que hoje as empresas estão muito mais sensibilizadas com a questão das mudanças climáticas e antigamente, em sua experiência, os assuntos dessa área eram mais focados em marketing, porém, hoje é mais focado de fato na área ambiental com pessoas que realmente entendem do assunto e que a alta liderança também está mais engajada.

Mesmo com essa mudança positiva, Ana comentou que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, pois hoje ainda vemos um mercado com poucos créditos de carbono disponíveis, e inclusive, Ana destacou que há uma necessidade de ação e envolvimento maior das empresas com projetos de redução de GEE.

Finalizando o último evento da série, o painel com os três especialistas respondeu a questões da moderação e da audiência a respeito de precificação; consenso e restrições do SBTi; comportamento da demanda de mercado; o papel do poder público no mercado potencial e na fomentação de pequenos agricultores; governança internacional e segurança jurídica; e os desafios rumo a regularização do mercado internacional e os efeitos no Brasil.